



**Estratégia**  
Carreira Jurídica

**1° SIMULADO**  
**PGM GUARUJÁ**



## INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é focada no concurso da PGM - Guarujá;
- 2 – A prova contém **80 questões** cobrando assuntos de **Conhecimentos Específicos**;
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores, com base no perfil da banca examinadora do concurso, a VUNESP.
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8h30 às 13h** para responder às questões;
- 6 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO**, comentando e resolvendo todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.

### PREENCHA O GABARITO

<http://bit.ly/Simulado-PGM-Guarujá-16-02-20>

Cartão de Respostas					
1	21	41	61		
2	22	42	62		
3	23	43	63		
4	24	44	64		
5	25	45	65		
6	26	46	66		
7	27	47	67		
8	28	48	68		
9	29	49	69		
10	30	50	70		
11	31	51	71		
12	32	52	72		
13	33	53	73		
14	34	54	74		
15	35	55	75		
16	36	56	76		
17	37	57	77		
18	38	58	78		
19	39	59	79		
20	40	60	80		

**PROVA OBJETIVA****DIREITO CONSTITUCIONAL**

**01.** A respeito do Poder Executivo, indique a alternativa INCORRETA:

a) Os atos do Presidente da República que atentem contra a lei orçamentária configuram crime de responsabilidade.

b) Compete ao Senado Federal julgar o Presidente da República por crime de responsabilidade e ao Supremo Tribunal Federal compete julgar o Chefe do Executivo da União por crime comum. Nos dois casos, primeiro é necessário que a Câmara admitida a acusação, por dois terços de seus membros.

c) O Presidente da República ficará suspenso de suas funções, por até cento e oitenta dias, nas infrações penais comuns, se admitida a acusação pela Câmara dos Deputados.

d) O Presidente da República, durante o mandato, não se submete à prisão provisória, nem mesmo em razão de flagrante de crime inafiançável.

e) Na vigência de seu mandato, o Chefe do Executivo da União não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções. Essa prerrogativa não pode ser estendida nem a Governadores e nem a Prefeitos.

**02.** Conforme disposto na Constituição Federal, compete ao Congresso Nacional, sem a sanção do Presidente da República,

a) autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais.

b) dispor sobre planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento.

c) dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno.

d) avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.

e) conceder anistia.

**03.** A respeito do processo legislativo, conforme disposto na Constituição Federal e na jurisprudência do Supremo Tribunal, indique a única alternativa correta.

a) O processo legislativo compreende a elaboração de emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos e resoluções.

b) Assim como ocorre no processo legislativo das emendas à Constituição, não há iniciativa popular no processo legislativo das leis complementares.

c) É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos, direito eleitoral, direito penal, processual penal, direito civil e processual civil.

d) Nos projetos de lei de iniciativa exclusiva do Presidente da República, não será admitida emenda parlamentar.

e) Nos projetos de sua iniciativa, poderá o Presidente da República solicitar urgência para apreciação. Cada casa do Congresso Nacional terá prazo de 45 dias para manifestação sobre a proposição. Se o Senado emendar o projeto, a Câmara dos Deputados terá prazo de 10 dias para se manifestar.

**Simulado PGM - Guarujá – 16/02**

**04.** A respeito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), aponte a única informação INCORRETA.

a) O Presidente do Supremo Tribunal Federal, o Vice-presidente do STF e o Ministro do Superior Tribunal de Justiça ocupam no CNJ, respectivamente, os seguintes cargos: Presidente, Vice-presidente e Corregedor.

b) O Conselho Nacional de Justiça é composto de 15 membros, todos nomeados pelo Presidente da República, após aprovação do Senado Federal, com mandato de dois anos, admitindo-se uma recondução.

c) Qualquer pessoa interessada poderá apresentar reclamação e denúncia, diretamente ao Conselho Nacional de Justiça, contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, ou contra os seus serviços auxiliares.

d) Compete ao Conselho Nacional de Justiça, na qualidade de órgão correcional, o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.

e) Embora seja órgão do Poder Judiciário, o Conselho Nacional de Justiça não possui jurisdição, de maneira que a legalidade e a constitucionalidade de suas decisões poderão ser revistas pelo Supremo Tribunal Federal, quando provocado.

**05.** A respeito das Súmulas Vinculantes e do controle de constitucionalidade, aponte a alternativa correta.

a) O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de três quintos dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula vinculante, para dirimir controvérsia a respeito de determinada matéria.

b) A Súmula Vinculante, a partir de sua publicação na imprensa oficial, vincula aos demais órgãos do Poder Judiciário, ao Executivo, ao Legislativo e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

c) Podem propor Súmula Vinculante os que podem propor ação direta de

inconstitucionalidade, além de outros autorizados por lei infraconstitucional.

d) A ação direta de inconstitucionalidade pode ser utilizada para combater Súmula Vinculante que contém ofensa direta ao texto da Lei Maior.

e) O Município poderá propor, incidentalmente ao curso de processo em que seja parte, a edição, a revisão ou o cancelamento de enunciado de súmula vinculante, o que autoriza a suspensão do processo.

**06.** A respeito da Ordem Social, indique a única alternativa INCORRETA.

a) As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. As Universidades devem obedecer ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

b) É dever do Estado, dentre outros relativos à educação, ofertar ensino noturno regular, adequado às condições do educando.

c) O Estado deve garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, além de apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais. Dessa sorte, é dever do Estado proteger as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras.

d) Os Estados e o Distrito Federal devem destinar parte de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.

e) A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

**07.** Acerca da arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), indique a alternativa correta.

**Simulado PGM - Guarujá – 16/02**

a) A ADPF objetiva evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público. Poderá ser proposta também quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, desde que contemporâneos da Constituição.

b) A admissão da arguição, assim como na ação declaratória de constitucionalidade, está adstrita à comprovação, na petição inicial, da existência de controvérsia judicial relevante sobre a aplicação do preceito fundamental que se considera violado.

c) Assim como ocorre na ação direta de inconstitucionalidade, em caso de extrema urgência ou perigo de lesão grave, ou ainda, em período de recesso, poderá o relator conceder a liminar, sem a necessidade de submeter a decisão provisória ao Tribunal Pleno.

d) A decisão proferida em ADPF tem eficácia contra todos e efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Público. Os efeitos da decisão começam a ser produzidos após o trânsito em julgado.

e) A decisão que julgar procedente ou improcedente o pedido em arguição de descumprimento de preceito fundamental é irrecurável, não podendo ser objeto de ação rescisória.

**08.** A respeito da organização político-administrativa do Estado, indique a alternativa correta.

a) Os Territórios integram a União e são criados por lei complementar aprovada pelo Congresso Nacional. Os Territórios, diferentemente do Distrito Federal, poderão ser divididos em Municípios.

b) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

c) Cabe aos Municípios explorar diretamente, ou mediante concessão ou permissão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

d) Os subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado serão fixados pela Assembleia Legislativa, por meio de decreto legislativo, observados os limites constitucionais.

e) O Município rege-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por três quintos dos membros da Câmara Municipal.

**09.** Com relação ao poder constituinte e ao direito constitucional intertemporal, assinale a opção correta.

a) O Poder Constituinte Derivado, como poder político e não jurídico, tem como características ser limitado, condicionado, secundário e dependente.

b) Lei infraconstitucional anterior à Constituição será por esta recepcionada quando guardar compatibilidade material com a nova Constituição. A compatibilidade formal da lei com o novo texto constitucional é irrelevante.

c) O Poder Constituinte utilizado na criação da Constituição Estadual é espécie de poder originário, com aplicação apenas estadual.

d) Entende-se por mutação constitucional a mudança na redação da Constituição, para adequação de suas normas à realidade sociopolítica.

e) Uma emenda à Constituição Estadual requer a observância do quórum de dois terços dos membros da Assembleia Legislativa, em dois turnos de votação, com interstício mínimo de dez dias.

**10.** Acerca da ordem econômica, assinale a opção correta.

a) São princípios da ordem econômica, dentre outros, a propriedade privada, a busca do pleno emprego e o tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

b) A Constituição Federal assegura a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, desde que mediante autorização do Poder Público.

c) As empresas públicas e as sociedades de economia mista, porque pertencentes da Administração Pública Indireta, usufruem de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.

d) A atividade de garimpagem, ainda que em cooperativas, será reprimida pelo Estado, por meio da aplicação de penalidades, por ofensa ao meio ambiente.

e) Constituem monopólio da União a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural, mas a refinação do petróleo pode ser autorizada sob regime de permissão.

a) O consórcio público constituirá obrigatoriamente pessoa jurídica de direito privado.

b) A União deverá participar do consórcio, em razão do objeto representar bem jurídico indisponível.

c) O consórcio, com personalidade jurídica de direito público ou privado, observará as normas de direito público no que concerne à admissão de pessoal, que será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

d) É válida a aplicação dos recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.

e) Os agentes públicos incumbidos da gestão de consórcio responderão pessoalmente pelas obrigações contraídas pelo consórcio público e pelos atos praticados em desconformidade com a lei ou com as disposições dos respectivos estatutos.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

**11.** “(...) poderá a Administração Pública rever os atos de concessão de anistia a cabos da Aeronáutica com fundamento na Portaria nº 1.104/1964, quando se comprovar a ausência de ato com motivação exclusivamente política, assegurando-se ao anistiado, em procedimento administrativo, o devido processo legal e a não devolução das verbas já recebidas.” (STF. Plenário. RE 817338/DF, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 16/10/2019 (repercussão geral – Tema 839)). Essa decisão do Supremo Tribunal Federal está fundamentada no:

a) poder hierárquico.

b) poder de polícia.

c) poder disciplinar.

d) poder de autotutela.

e) poder-dever de motivação.

**12.** Os Municípios de Guarujá, Bertioga e Santos desejam instituir um consórcio público, na área de saúde. Nesse caso, é correto afirmar:

**13.** Com relação à competência do ato administrativo, é correto afirmar:

a) Pode ser objeto de delegação a decisão de recursos administrativos.

**Simulado PGM - Guarujá – 16/02**

b) Praticado o ato por autoridade, no exercício de competência delegada, contra ela cabe o mandado de segurança ou a medida judicial.

c) A revogação do ato de delegação independe de publicação em meio oficial.

d) Será permitida, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a avocação temporária ou permanente de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.

e) Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, desde que estes lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.

**14.** A Prefeitura Municipal de Guarujá deseja contratar cooperativa formada exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, para realizar a coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo. Nesse caso, a licitação:

a) será realizada na modalidade convite.

b) será realizada na modalidade concorrência.

c) será inexigível.

d) será dispensada.

e) será dispensável.

**15.** No que diz respeito aos contratos administrativos, assinale a alternativa correta:

a) A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, mas não é capaz de desconstituir os já produzidos.

b) A nulidade exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e

por outros prejuízos regularmente comprovados.

c) O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, e facultativo nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

d) Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

e) Os contratos administrativos poderão ser alterados, com as devidas justificativas, por acordo entre as partes, quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.

**16.** Com relação às Parcerias Público-privadas, é correto afirmar:

a) É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo período de prestação do serviço seja inferior a 10 (dez) anos.

b) Após a celebração do contrato, deverá ser constituída sociedade de propósito específico, incumbida de implantar e gerir o objeto da parceria.

c) As obrigações pecuniárias contraídas pela Administração Pública em contrato de parceria público-privada poderão ser garantidas mediante contratação de seguro-garantia com as companhias seguradoras que não sejam controladas pelo Poder Público.

d) A sociedade de propósito específico poderá assumir a forma de companhia aberta, com valores mobiliários admitidos a negociação no mercado, desde que a Administração Pública seja titular da maioria do capital votante.

**Simulado PGM - Guarujá – 16/02**

e) As concessões patrocinadas em que mais de 50% (cinquenta por cento) da remuneração do parceiro privado for paga pela Administração Pública dependerão de autorização legislativa específica.

**17.** Ricardo, proprietário de dois grandes lotes de terra não edificadas, teve um desses lotes invadidos por famílias carentes. Tomando conhecimento do fato, o Município promoveu a desapropriação desta gleba, pagando justa e prévia indenização em dinheiro a Ricardo. Concluída a desapropriação, foram construídas moradias, e a administração pública passou a instalar postos de saúde, escolas públicas, asfaltamento de vias, dentre outros serviços públicos, com a finalidade de dar à comunidade local um suporte mínimo. Após a notícia do aparelhamento estatal na área, novas famílias invadiram o outro lote de terra de Ricardo. Diante dessa situação, Ricardo ajuizou ação indenizatória por desapropriação indireta contra o Município, a qual deverá ser:

a) julgada procedente, pois o fato de o Município ter instalado equipamentos públicos no local e passado a oferecer serviços à comunidade pode ser classificado como ato ilícito.

b) julgada procedente, diante do “apossamento administrativo” pelo Poder Público dos dois lotes de terra.

c) julgada procedente, devendo o Município responder pela perda da propriedade em desfavor do particular, em razão da realização de obras e serviços públicos essenciais para a comunidade instalada no local.

d) julgada improcedente, não se imputando ao Poder Público a responsabilidade integral por alegada desapropriação indireta.

e) julgada improcedente, pois a instalação de serviços públicos essenciais, e a declaração indicativa de interesse e a indenização prévia realizada pelo Município já alcançava a totalidade do terreno.

**18.** Acerca do controle externo dos atos administrativos, é correto afirmar:

a) O Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, pode declarar a inconstitucionalidade das leis e dos atos do poder público.

b) O Tribunal de Contas da União possui competência para anular ou sustar contratos administrativos.

c) Em caso de multa imposta por tribunal de contas estadual a responsáveis por irregularidades no uso de bens públicos, a ação de cobrança somente pode ser proposta pelo ente público beneficiário da condenação do tribunal de contas.

d) É constitucional a atribuição, aos Tribunais de Contas estaduais, de competência para homologação dos cálculos das cotas do ICMS devidas aos Municípios.

e) No Tribunal de Contas Estadual, composto por sete conselheiros, quatro devem ser escolhidos pelo chefe do Poder Executivo estadual, e três pela Assembleia Legislativa, cabendo a esta indicar um dentre auditores e outro dentre membros do Ministério Público, e um terceiro a sua livre escolha.

**19.** Uma entidade da administração indireta, dotada de personalidade jurídica de direito privado e exploradora de atividade econômica, que causar danos a terceiros, no exercício das suas atividades, estará sujeita:

a) ao regime da responsabilidade civil objetiva, baseada no risco integral.

b) ao regime da responsabilidade civil objetiva, baseada na falta do serviço.

c) ao regime da responsabilidade civil objetiva, baseada no risco administrativo.

d) ao regime da responsabilidade civil subjetiva, ainda que não comprovada culpa do agente.

e) ao regime jurídico da responsabilidade civil subjetiva, mediante aferição de dolo ou culpa.

**20.** Com relação aos atos de improbidade administrativa, é correto afirmar:



a) O processo e julgamento de prefeito municipal por crime de responsabilidade (Decreto-lei 201/67) impede sua responsabilização por atos de improbidade administrativa previstos na Lei nº 8.429/92, em virtude da vedação no bis in idem.

b) Nas ações de ressarcimento ao erário e improbidade administrativa ajuizadas em face de eventuais irregularidades praticadas na utilização ou prestação de contas de valores decorrentes de convênio federal, o simples fato de as verbas estarem sujeitas à prestação de contas perante o Tribunal de Contas da União, por si só, justifica a competência da Justiça Federal.

c) A indisponibilidade prevista na Lei de Improbidade Administrativa não pode recair sobre bens de família devidamente registrados.

d) Não configura bis in idem a coexistência de título executivo extrajudicial (acórdão do TCU) e sentença condenatória em ação civil pública de improbidade administrativa que determinam o ressarcimento ao erário e se referem ao mesmo fato, desde que seja observada a dedução do valor da obrigação que primeiramente foi executada no momento da execução do título remanescente.

e) Não se afigura possível a condenação por ato de improbidade administrativa que importe enriquecimento ilícito se não comprovado o efetivo dano ao erário.

## **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**21.** Sobre competência, assinale a alternativa correta:

a) Tramitando o processo perante outro juízo, os autos serão remetidos ao juízo federal competente se nele intervier a União, suas empresas públicas, entidades autárquicas e fundações, ou conselho de fiscalização de atividade profissional, na qualidade de parte ou de terceiro interveniente, independentemente da matéria tratada na ação.

b) A execução fiscal será proposta no foro de domicílio do réu, no de sua residência ou no do lugar onde for encontrado

c) O foro de domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade, a impugnação ou anulação de partilha extrajudicial e para todas as ações em que o espólio for réu, exceto se o óbito ocorrer no estrangeiro.

d) A ação em que o ausente for réu será proposta no foro do domicílio do autor.

e) Se Estado ou o Distrito Federal for o demandado, a ação deverá ser proposta na capital do respectivo ente federado.

**22.** Assinale a alternativa incorreta em relação às citações e intimações:

a) Independentemente de autorização judicial, as citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, onde as houver, e nos feriados ou dias úteis fora do horário estabelecido neste artigo, observado o disposto no art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal.

b) A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação.

c) De acordo com o STJ, não é possível a citação de pessoa jurídica estrangeira por meio de seu entreposto no Brasil.

d) Na ação de usucapião de imóvel, os confinantes serão citados pessoalmente, exceto quando tiver por objeto unidade autônoma de prédio em condomínio, caso em que tal citação é dispensada.

e) A parte que requerer a citação por edital, alegando dolosamente a ocorrência das circunstâncias autorizadoras para sua realização, incorrerá em multa de 5 (cinco) vezes o salário-mínimo.

**Simulado PGM - Guarujá – 16/02**

**23.** Analise as alternativas a seguir a respeito da ação de consignação em pagamento:

I) Requerer-se-á a consignação no lugar do pagamento, cessando para o devedor, à data do depósito, os juros e os riscos, salvo se a demanda for julgada improcedente.

II) Se o objeto da prestação for coisa indeterminada e a escolha couber ao credor, será este citado para exercer o direito dentro de 15 (quinze) dias, se outro prazo não constar de lei ou do contrato, ou para aceitar que o devedor a faça, devendo o juiz, ao despachar a petição inicial, fixar lugar, dia e hora em que se fará a entrega, sob pena de depósito

III) A insuficiência do depósito realizado pelo devedor conduz à prolação de sentença parcialmente procedente.

IV) Na contestação da ação de consignação em pagamento, o réu poderá alegar que o depósito é insuficiente, mas deverá indicar o montante que entende devido.

- a) Apenas os itens I e II estão corretos.
- b) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.
- c) Apenas os itens II e III estão corretos.
- d) Apenas os itens I e IV estão corretos.
- e) Todos os itens estão corretos.

**24.** Marque a alternativa correta a respeito dos poderes do juiz:

- a) não lhe é possível dilatar prazos processuais e alterar a ordem de produção dos meios de prova, adequando-os às necessidades do conflito.
- b) ao magistrado é vedado determinar o comparecimento pessoal das partes, para inquiri-las sobre os fatos da causa, depois de já encerrada a fase de instrução.
- c) é possível dilatar os prazos processuais, ainda que já encerrado o prazo regular, em obediência aos princípios da efetividade e da primazia da decisão de mérito.
- d) quando se deparar com diversas demandas individuais repetitivas, oficiará o Ministério Público, a Defensoria Pública e, na medida do possível, outros legitimados a que se referem o art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985

(Lei da Ação Civil Pública) , e o art. 82 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) , para, se for o caso, promover a propositura da ação coletiva respectiva.

e) incumbe ao juiz promover, até o saneamento do feito, a autocomposição, preferencialmente com auxílio de conciliadores e mediadores judiciais.

**25.** Assinale a alternativa correta em relação ao amicus curae:

- a) é requisito para sua admissão a demonstração de interesse jurídico na demanda.
- b) essa modalidade de intervenção de terceiros deverá ocorrer, necessariamente, por meio atuação de pessoa natural.
- c) apenas a decisão que admite o ingresso deste terceiro no processo é irrecorrível. Assim, contra a decisão que inadmite o seu ingresso será cabível agravo de instrumento ou agravo interno, a depender da situação.
- d) o ingresso da União ou algum ente federal no processo como amigo da corte, desloca a competência do feito para a Justiça federal.
- e) é possível a intervenção de amicus curae em reclamação.

**26.** Considere as disposições do Código de Processo Civil e assinale a alternativa correta sobre o recurso adesivo.

- a) Constitui espécie autônoma de recurso.
- b) A Fazenda pública não terá prazo em dobro para interpor o recurso adesivo.
- c) O terceiro prejudicado e o Ministério Público, quando atua como fiscal do ordenamento jurídico, possuem legitimidade para interpor o recurso adesivo.
- d) Será admissível na apelação, no agravo, no recurso extraordinário e no recurso especial.
- e) Não será conhecido se houver desistência do recurso principal.

**27.** Analise os itens abaixo:

## Simulado PGM - Guarujá – 16/02

I - O exequente pode desistir de toda a execução ou de apenas uma parte dela.

II - O exequente ressarcirá ao executado os danos que este sofreu, quando a sentença, transitada em julgado, declarar inexistente, no todo ou em parte, a obrigação que ensejou a execução

III - O juiz, o membro do Ministério Público e da Defensoria Pública poderão oferecer lance em leilão judicial em localidade que não exerçam suas funções.

IV- A União, o Estado e o Município serão cientificados da alienação judicial, com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência, no caso de alienação de bem tombado.

- a) Todos os itens são corretos.
- b) Todos os itens são incorretos.
- c) Apenas os itens II e III são corretos.
- d) Apenas os itens I e IV são corretos.
- e) Apenas os itens II e IV são corretos

**28.** Contra decisão do presidente do Tribunal de Justiça que denegar seguimento a recurso especial sob o fundamento de ele ter sido interposto contra acórdão que estava em conformidade com entendimento do STJ exarado no regime de recursos repetitivos, é cabível:

- a) embargos de declaração
- b) agravo de instrumento
- c) agravo em recurso especial
- d) agravo interno
- e) recurso ordinário

**29.** Não é aplicável a remessa necessária nos seguintes casos, exceto:

- a) quando for proferida sentença ilíquida.
- b) sentença fundada em súmula de tribunal superior.
- c) sentença fundada em entendimento coincidente com orientação vinculante firmada no âmbito administrativo do próprio ente público, consolidada em súmula administrativa.
- d) sentença proferida em face de autarquia municipal, cujo proveito econômico obtido na causa for de valor líquido e certo inferior a 100 (cem) salários mínimos.
- e) sentença proferida em face da União, cujo proveito econômico obtido na causa for de valor líquido e certo inferior a 1.000 (mil) salários mínimos

**30.** São impenhoráveis:

- a) o seguro de vida, independentemente do valor.
- b) a pequena propriedade rural, assim definida em lei, trabalhada ou não pela família.
- c) os recursos públicos do fundo partidário recebidos por partido político, nos termos da lei.
- d) os vestuários, bem como os pertences de uso pessoal do executado, qualquer que seja o valor.
- e) os materiais necessários para obras em andamento, em qualquer hipótese.

**DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS**

**31.** Em relação ao mandado de segurança coletivo, não é correto afirmar que:

a) pode ser impetrado por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados, dispensada, para tanto, autorização especial.

b) a sentença fará coisa julgada limitadamente aos membros do grupo ou categoria substituídos pelo impetrante.

c) o mandado de segurança coletivo não induz litispendência para as ações individuais, mas os efeitos da coisa julgada não beneficiarão o impetrante a título individual se não requerer a desistência de seu mandado de segurança no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência comprovada da impetração da segurança coletiva

d) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, na Assembleia Legislativa Estadual ou na Câmara Municipal, a depender do direito líquido e certo a ser protegido.

e) a liminar só poderá ser concedida após a audiência do representante judicial da pessoa jurídica de direito público, que deverá se pronunciar no prazo de 72 (setenta e duas) horas.

**32.** Julgue as alternativas abaixo, relacionadas à Ação Civil Pública:

I) A multa cominada liminarmente só será exigível do réu após o trânsito em julgado da decisão favorável ao autor, mas será devida desde o dia em que se houver configurado o descumprimento.

II) o ajuizamento da ACP por associação em nenhuma hipótese dispensa a exigibilidade de sua pré-constituição há pelo menos um ano, nos termos da lei civil.

III) a ação será proposta no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa

IV) Caso ocorra dissolução da associação que ajuizou ação civil pública, é possível sua substituição no polo ativo por outra associação que possua a mesma finalidade temática.

a) os itens II e IV estão incorretos.

b) os itens I e III estão corretos.

c) apenas o item II está incorreto.

d) Apenas o item IV está correto.

e) nenhum item está correto.

**33.** Assinale a alternativa correta a respeito da ação popular.

a) Em regra, não há competência originária do STF para o julgamento de ação popular.

b) O prazo para contestação é de quinze dias, prorrogáveis por mais quinze, a requerimento do interessado, se particularmente difícil a produção de prova documental.

c) A pessoa jurídica tem legitimidade para propor ação popular.

d) A ação prescreve em 10 anos.

e) O cidadão só poderá ajuizar a ação popular na circunscrição eleitoral onde estiver registrado.

**34.** Em relação à ação de improbidade administrativa, assinale a opção incorreta.

a) Da decisão que recebe a inicial contra alguns réus e rejeita para os demais é cabível agravo de instrumento. Contudo, o STJ entende que se o autor da ação interpor apelação, será possível receber o recurso, com base no princípio da fungibilidade, desde que não haja má-fé e tenha sido interposto no prazo do recurso correto.

b) Na ação de improbidade administrativa, além das condições genéricas da ação, exige-se ainda a presença da justa causa, de modo que a inicial deverá ser instruída com documentos ou justificação que contenham indícios suficientes da existência do ato de improbidade

c) Não se admite acordo de não persecução cível nas ações de improbidade, em razão dos bens jurídicos tutelados nesse tipo de demanda.

d) No caso de a ação principal ter sido proposta pelo Ministério Público, a pessoa jurídica de direito público ou de direito privado, cujo ato seja objeto de impugnação, poderá abster-se de contestar o pedido, ou poderá atuar ao lado do autor, desde que isso se afigure útil ao interesse público, a juízo do respectivo representante legal ou dirigente.

e) A sentença que concluir pela carência ou pela improcedência de ação de improbidade administrativa está sujeita ao reexame necessário, com base na aplicação subsidiária do CPC e por aplicação analógica da primeira parte do art. 19 da Lei nº 4.717/65.

**35. Assinale a alternativa incorreta:**

a) direitos difusos são aqueles transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato;

b) direitos coletivos são aqueles transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base;

c) direitos individuais homogêneos são os decorrentes de origem comum.

d) No caso de uma ação civil pública que verse sobre direitos individuais homogêneos, a sentença que julga improcedente o pedido por falta de provas não impede o ajuizamento de nova ação coletiva.

e) A execução de sentença envolvendo direitos individuais homogêneos poderá ser efetivada pelas vítimas e seus sucessores.

**36. Assinale a alternativa incorreta de acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores:**

a) O benefício da denúncia espontânea se aplica aos tributos sujeitos a lançamento por homologação regularmente declarados, mas pagos a destempo.

b) O inadimplemento da obrigação tributária pela sociedade não gera, por si só, a responsabilidade solidária do sócio-gerente.

c) Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.

d) É devida a restituição da diferença do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pago a mais no regime de substituição tributária para a frente se a base de cálculo efetiva da operação for inferior a presumida.

e) A denúncia espontânea resta configurada na hipótese em que o contribuinte, após efetuar a declaração parcial do débito tributário (sujeito a lançamento por homologação) acompanhado do respectivo pagamento integral, retifica-a (antes de qualquer procedimento da Administração Tributária), noticiando a existência de diferença a maior, cuja quitação se dá concomitantemente.

**37. Assinale a alternativa incorreta:**

**Simulado PGM - Guarujá - 16/02**

a) Cabe ao Senado Federal, por meio de resolução aprovada por 2/3 dos senadores, dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

b) Como regra geral, cabe à lei ordinária instituir tributos, ressalvadas apenas as hipóteses em que a Constituição determinou expressamente à lei complementar essa incumbência.

c) A Lei complementar poderá estabelecer critérios especiais de tributação, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência, sem prejuízo da competência de a União, por lei, estabelecer normas de igual objetivo.

d) Cabe à União Federal, por meio de lei complementar, estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, enquadrando-se nesse conceito, dentre outras matérias, a definição de tributos e de suas espécies, bem como, em relação aos impostos discriminados na Constituição, a dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes.

e) Nenhuma das alternativas acima, está incorreta.

**38.** Sobre imunidades tributárias, assinale a alternativa que não está de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

a) Não Incide o ICMS sobre o serviço de transporte de encomendas realizado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, tendo em vista que essa atividade é exercida em regime de competição com outras empresas privadas.

b) A imunidade recíproca, prevista no art. 150, VI, a, da Constituição não se estende a empresa privada arrendatária de imóvel público, quando seja ela exploradora de atividade econômica com fins lucrativos. Nessa hipótese é constitucional a cobrança do IPTU pelo Município.

c) A imunidade tributária subjetiva aplica-se a seus beneficiários na posição de contribuinte de direito, mas não na de simples contribuinte de fato, sendo irrelevante para a verificação da existência do beneplácito constitucional a repercussão econômica do tributo envolvido.

d) A imunidade tributária recíproca exonera o sucessor das obrigações tributárias relativas aos fatos jurídicos tributários ocorridos antes da sucessão.

e) Nenhuma das alternativas acima, está incorreta.

**39.** Assinale a alternativa incorreta:

a) No ordenamento jurídico brasileiro, quando uma lei que trata de matéria tributária é revogada, não há a ocorrência do fenômeno conhecido como repristinação ou restauração automática, a não ser que a lei revogadora assim disponha.

b) É possível que uma norma tributária tenha vigência fora dos limites de um determinado município, desde que haja um convênio firmado com outro ente da federação.

c) A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros e aos fatos geradores pendentes.

d) De acordo com o Código Tributário Nacional, a lei interpretativa só pode retroagir se a nova interpretação ensejar a exclusão de penalidade ou a diminuição no valor da multa imposta.

e) Em regra, a lei tributária modificativa não é retroativa, detendo, portanto, vigência prospectiva.

**40.** A respeito das causas de suspensão de crédito tributário, assinale a alternativa correta:

- a) Segundo o Código Tributário Nacional, a transação suspende a exigibilidade do crédito tributário.
- b) A interposição da exceção de pré-executividade, por si só, suspende a exigibilidade do crédito tributário.
- c) A reclamação e o recurso administrativo possibilitam a suspensão do crédito tributário, desde que acompanhado do depósito do montante integral.
- d) A adesão a parcelamento interrompe o prazo prescricional.
- e) Em todas as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, o contribuinte faz jus à certidão negativa de débitos.

**41.** Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- a) Normas relativas à prescrição e decadência em matéria tributária são reservadas à lei complementar.
- b) O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa.
- c) A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.
- d) É constitucional a taxa de renovação de funcionamento e localização municipal.
- e) É constitucional a taxa de fiscalização dos mercados de títulos e valores mobiliário.

**42.** Sobre as garantias e privilégios do crédito tributário, assinale a alternativa incorreta.

- a) A enumeração das garantias atribuídas pelo CTN ao crédito tributário não exclui outras que sejam expressamente previstas em lei, em função da natureza ou das características do tributo a que se refiram.
- b) Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial.
- c) São extraconcursais os créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos no curso do processo de falência.
- d) A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário não altera a natureza deste nem a da obrigação tributária a que corresponda.
- e) Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário definitivamente constituído.

**DIREITO FINANCEIRO**

---

**43.** Assinale a alternativa que se apresenta de acordo com a Constituição Federal:

- a) O Poder Executivo publicará, até 15 (quinze) dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.
- b) A lei ordinária disporá sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual.
- c) Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.
- d) Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes não poderão ser utilizados como créditos especiais ou suplementares, mesmo com prévia e específica autorização legislativa.
- e) Considera-se equitativa a execução das programações de caráter facultativo que atenda de forma igualitária e impessoal às emendas apresentadas, independentemente da autoria.

**44.** O ciclo orçamentário é um processo contínuo de planejamento, acompanhamento e execução da ação pública do Estado, por meio de instrumentos de natureza jurídico- financeira. São parte desse ciclo, no Brasil, o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). A respeito desse tema, é correto afirmar que

- a) o PPA é peça fundamental na intermediação entre o planejamento de longo prazo, presente na LDO, e a ação de curto prazo, prevista na LOA, na medida em que dispõe sobre as prioridades e metas para as despesas de capital no próximo exercício e nos dois seguintes.
- b) a LOA é lei de efeitos abstratos que não está sujeita a controle de constitucionalidade por parte do Poder Judiciário, por veicular a instrumentalização da manifestação do Poder

Legislativo e do Poder Executivo naquilo que lhes é próprio, ou seja, na formulação e na execução de políticas públicas.

c) a LDO ganhou, a partir da publicação da Lei Complementar nº 101/2000, novo papel, o que lhe concedeu destaque no ciclo orçamentário, na medida em que, nesta lei, são definidas metas de resultados fiscais, tais como resultado primário e resultado nominal, para o exercício a que se referir e para os dois seguintes.

d) o PPA reflete o planejamento da ação estatal no longo prazo, considerando-se que deve ser proposto e aprovado no último ano do mandato do Chefe do Poder Executivo, para vigorar nos 4 (quatro) anos seguintes.

e) a LOA, ao estipular as dotações orçamentárias para o ano seguinte, fixa obrigação de execução da despesa para o Poder Executivo, não podendo este contingenciar a execução da despesa pública, sem prévia autorização do Poder Legislativo, por motivos ligados à necessidade de compatibilização da despesa com modificações do cenário econômico que impacte a previsão de receitas.

**45.** O orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da Administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público estão compreendidas na lei

- a) do orçamento anual.
- b) orgânica.
- c) de responsabilidade fiscal.
- d) de diretrizes orçamentárias.
- e) do plano diretor.

---

**DIREITO CIVIL**



**46.** Kim, chinês, recém-chegado ao Brasil, pretendia adquirir um imóvel para instalar uma indústria de chás. Encontrou, então, Américo, que, sabendo da finalidade a que se destinava o bem, lhe ofereceu uma casa, em determinado bairro da cidade, e o negócio foi concluído. Dias depois, Kim foi notificado pela Prefeitura Municipal que não poderia instalar a indústria, pois a zona em que estava localizado o imóvel era uma zona residencial. Diante dessa situação, assinale a alternativa correta:

- a) O negócio é anulável, em razão da lesão.
- b) O negócio é anulável, pois presente o erro quanto ao objeto.
- c) O negócio é anulável por omissão dolosa.
- d) O negócio é anulável, em razão da fraude contra credores.
- e) O negócio não é anulável, por se tratar de condição específica do contrato.

**47.** Carlos, domiciliado em Guarujá, e Joana, domiciliada em Santos, celebraram um contrato de compra e venda, estipulando que o pagamento seria feito em cinco parcelas, e em Guarujá. Contudo, nas quatro primeiras parcelas, o pagamento foi feito em Santos, sem nenhuma oposição do credor. Essa previsão relaciona-se ao instituto da:

- a) Novação subjetiva tácita.
- b) Decadência.
- c) Supressio.
- d) Surrectio.
- e) Tu quoque.

**48.** O Município de Guarujá registrou um loteamento, que nunca foi implantado. Mário e sua família encontraram o terreno vazio e lá construíram sua moradia, numa área que seria destinada a ser um logradouro público. Decorridos 11 anos de ocupação mansa e pacífica, Mário ajuizou uma ação de usucapião. Essa ação:

- a) será julgada improcedente, uma vez que não decorreu o prazo de 15 anos da usucapião

extraordinária, quando então poderá ser reconhecida.

- b) será julgada improcedente, tendo em vista que os bens públicos são imprescritíveis.

c) poderá ser julgada procedente, se o imóvel tenha dimensão inferior a 250 m<sup>2</sup> e Mário não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

d) poderá ser julgada procedente, independentemente do tamanho do imóvel, em razão da boa-fé e da longevidade da posse e da sua função social.

e) poderá ser julgada procedente, se Mário possuir justo título e comprovar não ser proprietário de outro imóvel rural ou urbano.

**49.** Com relação à responsabilidade civil, é correto afirmar:

a) Incide correção monetária sobre dívida por ato ilícito a partir da data do arbitramento.

b) A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do efetivo prejuízo.

c) Na ação de indenização por dano moral, a condenação em montante inferior ao postulado na inicial implica sucumbência recíproca.

d) A pensão correspondente à indenização oriunda de responsabilidade civil deve ser calculada com base no salário da vítima vigente ao tempo do fato e ajustar-se-á às variações ulteriores.

e) Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual.

**50.** Com relação ao parcelamento do solo urbano, é correto afirmar:

a) Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.

b) Considera-se loteamento a subdivisão de gleba em lotes destinados a edificação, com aproveitamento do sistema viário existente, desde que não implique na abertura de novas vias e logradouros públicos, nem no prolongamento, modificação ou ampliação dos já existentes.

c) Considera-se loteamento o terreno servido de infra-estrutura básica cujas dimensões atendam aos índices urbanísticos definidos pelo plano diretor ou lei municipal para a zona em que se situe.

d) O loteamento poderá ser constituído sob a forma de imóvel autônomo ou de unidade imobiliária integrante de condomínio de lotes.

e) Constitui lote a modalidade de loteamento, cujo controle de acesso será regulamentado por ato do poder público Municipal, sendo vedado o impedimento de acesso a pedestres ou a condutores de veículos, não residentes, devidamente identificados ou cadastrados.

### **DIREITO EMPRESARIAL**

**51.** A respeito da sociedade limitada, assinale a alternativa correta:

a) É permitida a contribuição que consista em prestação de serviços.

b) Os sócios serão obrigados à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título, ainda que autorizados pelo contrato, quando tais lucros ou quantia se distribuírem com prejuízo do capital.

c) A sociedade limitada é administrada por uma ou mais pessoas designadas exclusivamente no contrato social.

d) O uso da firma ou denominação social é permitido a todos os sócios.

e) É assegurado aos sócios minoritários, que representem pelo menos um quarto do capital social, o direito de eleger, separadamente, um

dos membros do conselho fiscal e o respectivo suplente.

**52.** Quanto ao endosso, assinale a alternativa correta:

a) No endosso em preto, o endossante não indica para quem o título está sendo transferido.

b) O endosso parcial é admitido pelo Código Civil.

c) O endosso translativo torna legítima a posse de uma pessoa sobre a cambial, sem a transferência da titularidade do crédito.

d) O endosso caução é modalidade de endosso mandato.

e) Na letra de câmbio, o endosso póstumo é aquele efetuado após o protesto por falta de pagamento ou após o prazo para efetivação do protesto por falta de pagamento, produzindo apenas efeitos de uma cessão de crédito.

**53.** No que tange à Lei nº 11.101/05 (Lei de Recuperação e Falência), assinale a alternativa correta:

a) A Lei nº 11.101/05 aplica-se à sociedade de economia mista, mas não à empresa pública.

b) Mesmo as obrigações a título gratuito são exigíveis do devedor durante a falência.

c) A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário.

d) A assembleia-geral será composta pelas seguintes classes de credores: titulares de créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho; titulares de créditos com garantia real e; titulares de créditos quirografários, com privilégio especial, com privilégio geral ou subordinados.

e) Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, desde que vencidos.

**DIREITO DO TRABALHO**

54. O atual prazo máximo imposto aos empregadores para a anotação dos vínculos empregatícios na carteira de trabalho e previdência social é de:

- a) quarenta e oito horas.
- b) dois dias.
- c) cinco dias úteis.
- d) dois dias úteis.
- e) cinco dias.

55. No que se refere à prescrição trabalhista, assinale a alternativa correta:

- a) a pretensão quanto a créditos resultantes das relações de trabalho prescreve em dois anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de cinco anos após a extinção do contrato de trabalho.
- b) a prescrição da ação trabalhista concerne às pretensões imediatamente anteriores a cinco anos, contados da data da extinção do contrato de trabalho.
- c) ocorre a prescrição intercorrente no processo do trabalho no prazo de cinco anos, a partir do momento em que o exequente deixa de cumprir determinação judicial no curso da execução.
- d) a declaração da prescrição intercorrente pode ser requerida ou declarada de ofício em qualquer grau de jurisdição.
- e) a pretensão quanto à anotação de vínculo na carteira de trabalho prescreve em dois anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de cinco anos após a extinção do contrato de trabalho.

56. Acerca da jornada noturna aplicável ao empregado urbano, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) o empregado que labora em período noturno faz jus a adicional de, no mínimo, 30% sobre o valor da hora diurna de trabalho.
- b) a hora noturna do trabalho será computada como de 52 minutos e 30 segundos.

c) o adicional noturno, pago com habitualidade, integra o salário do empregado para todos os efeitos.

d) o adicional noturno é assegurado pelo texto constitucional, apesar de o respectivo percentual encontrar-se previsto em norma infraconstitucional.

e) cumprida integralmente a jornada no período noturno e prorrogada esta, devido é também o adicional quanto às horas prorrogadas.

57. Caio consultou-se com seu advogado Tício a respeito da extinção do vínculo empregatício que possuía com a Enseada Comércio de Alimentos Praianos Ltda., sabendo lhe informar apenas que houve decisão judicial reconhecendo a rescisão e que recebeu, entre outras parcelas, a metade das férias proporcionais e do décimo terceiro proporcional.

Diante desta situação hipotética, Tício deverá lhe informar que houve a extinção contratual mediante:

- a) culpa recíproca.
- b) justa causa obreira.
- c) acordo entre as partes.
- d) falta grave praticada pelo empregador.
- e) pedido de demissão.

58. Roberta e Roberto, irmãos gêmeos, são empregados da empresa Pitangueiras Beach Ltda., contratada pelo município de Guarujá para prestação de serviços de vigilância das repartições municipais. Roberta deseja se

ausentar do trabalho prestado ao município para realizar exames preventivos de câncer. Roberto acabou de receber, com muito entusiasmo, a notícia de que sua esposa, Raimunda, está grávida e pretende acompanhar todo seu pré-natal. Diante desta situação hipotética, assinale a alternativa correta tomando por base o regramento celetista:

- a) Roberto tem direito a até dois dias para acompanhar as consultas médicas e exames complementares durante a gestação de Raimunda, com prejuízo do salário.
- b) Roberta faz jus a até dois dias, em cada doze meses de trabalho, para realização dos referidos exames preventivos, sem prejuízo do salário.
- c) O inadimplemento das obrigações trabalhistas devidas aos trabalhadores, por parte da empresa contratada, transfere automaticamente a responsabilidade ao Município.
- d) O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte da empresa, enseja a responsabilidade solidária ao Município, caso evidenciada sua conduta culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações da Pitangueiras.
- e) O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte da empresa, enseja a responsabilidade subsidiária ao Município, caso evidenciada sua conduta culposa na fiscalização do cumprimento das obrigações da Pitangueiras.

### **DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**

**59.** Quanto aos prazos na Justiça do Trabalho, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) os prazos serão contados em dias úteis.
- b) os prazos serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento.
- c) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal.
- d) Os prazos podem ser prorrogados, pelo tempo estritamente necessário, quando o juízo entender necessário.

e) Os prazos podem ser prorrogados, pelo tempo estritamente necessário, em virtude de força maior, devidamente comprovada.

**60.** Em execução trabalhista movida por empregado celetista, da decisão proferida nos embargos à execução que seja desfavorável ao Estado, incumbirá ao Procurador:

- a) Interpor agravo de petição.
- b) Interpor agravo de instrumento.
- c) Impetrar mandado de segurança.
- d) Interpor recurso ordinário.
- e) Interpor embargos de declaração.

**61.** Considerando às disposições da Consolidação das Leis do Trabalho, é correto afirmar que

- a) a nulidade será pronunciada ainda que arguida por quem lhe tiver dado causa.
- b) o princípio da economia consiste no reconhecimento de nulidade apenas quando dela decorrer manifesto prejuízo processual às partes.
- c) a apresentação da exceção de incompetência territorial deve se dar prazo de oito dias a contar da notificação, antes da audiência e em peça que sinalize a existência desta exceção.
- d) para manifestação acerca da exceção de incompetência territorial o reclamante e, se existentes, os litisconsortes, o prazo será de 5 (cinco) dias, sucessivos.
- e) na hipótese de procedência parcial, o juízo arbitrarará honorários de sucumbência recíproca, vedada a compensação entre os honorários.

**62.** Quanto à sentença no Direito Processual do Trabalho, é correto afirmar:

- a) a fundamentação da sentença faz coisa julgada material.

b) o relatório da sentença faz coisa julgada material.

c) a decisão mencionará sempre as custas que devam ser pagas pela parte vencida.

d) em relação aos requisitos essenciais da sentença, em qualquer rito no processo do trabalho, é obrigatório o relatório, sob pena de nulidade da decisão.

e) é dispensada, nas decisões cognitivas ou homologatórias, a indicação da natureza jurídica das parcelas constantes da condenação ou do acordo homologado, inclusive o limite de responsabilidade de cada parte pelo recolhimento da contribuição previdenciária, se for o caso.

**63.** Com relação ao recurso de revista, é **INCORRETO** afirmar que:

a) Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte transcrever na peça recursal, no caso de suscitar preliminar de nulidade de julgado por negativa de prestação jurisdicional, o trecho dos embargos declaratórios em que foi pedido o pronunciamento do tribunal sobre questão veiculada no recurso ordinário e o trecho da decisão regional que rejeitou os embargos quanto ao pedido, para cotejo e verificação, de plano, da ocorrência da omissão.

b) O juízo de admissibilidade do recurso de revista exercido pela Presidência dos Tribunais Regionais do Trabalho examinará previamente se a causa oferece transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.

c) Cabe Recurso de Revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional do Trabalho, no seu Pleno ou Turma, ou a Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho.

d) Cabe Recurso de Revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em

dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando contrariarem súmula de jurisprudência uniforme dessa Corte ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.

e) Cabe Recurso de Revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando proferidas com violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal.

## **DIREITO PENAL**

**64.** Assinale a alternativa correta sobre os crimes contra a Administração Pública:

a) No caso de peculato culposo, a reparação do dano antes da sentença irrecorrível reduz de metade a pena imposta.

b) Inserir ou facilitar, o funcionário, a inserção de dados falsos, alterar ou excluir indevidamente dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano, configura o crime do artigo 313-A (Inserção de dados falsos em sistema de informações), independentemente de o agente ter acesso autorizado ou se apropriar indevidamente da senha de outro servidor.

c) O crime de concussão, por ter como núcleo do tipo a conduta de exigir, é mais grave que a conduta de solicitar vantagem indevida, que configura o crime de corrupção passiva. Entretanto, a pena máxima prevista em abstrato para o crime de concussão é menor que o de corrupção passiva.

d) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal configura o crime de prevaricação, que não exige que o interesse ou sentimento pessoal do agente seja satisfeito para sua consumação.

e) Deixar o funcionário, por recebimento de vantagem, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo

configura o crime de condescendência criminosa.

**65.** Analise a assertiva **incorreta** sobre o entendimento do STJ sobre o Direito Penal:

a) Consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e em seguida à perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada, sendo prescindível a posse mansa e pacífica ou desvigiada.

b) Compete ao foro do local em que o agente repassou o título de crédito julgar o crime de estelionato mediante cheque sem provisão de fundos, por ser o momento de consumação do delito.

c) Sistema de vigilância realizado por monitoramento eletrônico ou por existência de segurança no interior de estabelecimento comercial, por si só, não torna impossível a configuração do crime de furto.

d) O princípio da insignificância é inaplicável aos crimes contra a administração pública.

e) Quando o falso se exaure no estelionato, sem mais potencialidade lesiva, é por este absorvido.

**66.** Analise as assertivas sobre os crimes contra a honra e marque a alternativa correta:

a) Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência, o crime se torna qualificado, sendo que a pena passa a ser de reclusão.

b) Imputar a alguém falsamente conduta definida como contravenção penal configura o crime de calúnia.

c) A exceção da verdade, no caso da calúnia, somente se admite se o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções.

d) Não são puníveis os crimes contra honra praticados contra os mortos, já que não passíveis de serem vítimas de crime.

e) Não constituem calúnia ou difamação punível a ofensa irrogada em juízo, na discussão da causa, pela parte ou por seu procurador.

**67.** João, com emprego de uma adaga, abordou Vicentina, em 10 de fevereiro de 2019, exigindo que ela lhe entregasse a bolsa, com dinheiro e talão de cheques. Em seguida, exigiu que ela lhe fornecesse a senha do seu cartão de crédito, ao perceber que ele também estava na bolsa. A vítima, amedrontada, cedeu às ameaças.

João praticou o(s) seguinte(s) crime(s):

a) Roubo simples e extorsão, em concurso material.

b) Roubo majorado.

c) Roubo majorado e extorsão, em concurso material.

d) Extorsão.

e) Dois roubos, em continuidade delitiva.

#### **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

**68.** Em relação aos crimes contra a ordem tributária (Lei 8.137/90), aponte a alternativa CORRETA:

a) apenas define os crimes contra a ordem tributária.

b) quando o crime é praticado por funcionário público, a responsabilidade criminal será imputada exclusivamente pelo Código Penal.

c) Não se tipifica crime material contra a ordem tributária antes do lançamento definitivo do tributo.

d) O grave dano à coletividade é elementar típica de todos os delitos da Lei 8.137/90.

e) os crimes dessa lei são de ação penal pública condicionada ao requerimento da Fazenda Pública.

**69.** Quanto ao procedimento judicial da Lei de Licitações (Lei 8.666/93), indique a alternativa INCORRETA:

a) Ouvidas as testemunhas da acusação e da defesa e praticadas as diligências instrutórias deferidas ou ordenadas pelo juiz, abrir-se-á,

sucessivamente, o prazo de 5 (cinco) dias a cada parte para alegações finais.

b) Da sentença cabe apelação, interponível no prazo de 5 (cinco) dias.

c) Recebida a denúncia e citado o réu, terá este o prazo de 10 (dez) dias para apresentação de defesa escrita, contado da data do seu interrogatório, podendo juntar documentos, arrolar as testemunhas que tiver, em número não superior a 5 (cinco), e indicar as demais provas que pretenda produzir.

d) Na defesa escrita, não poderá a defesa requerer a absolvição, ficando esse pedido para as alegações finais, após a audiência.

e) Será admitida ação penal privada subsidiária da pública, se esta não for ajuizada no prazo legal.

**70.** Sobre o estupro de vulnerável, qual é a tese de defesa criminal aceita pelo Superior Tribunal de Justiça.

a) anuência da pessoa menor de 14 anos.

b) relacionamento amoroso consentido pelos pais dos envolvidos.

c) experiência sexual prévia em atos sexuais.

d) erro sobre a situação fática com impacto na elementar típica do delito.

e) n.d.a.

**71.** A respeito do novo dolo específico dos crimes de abuso de autoridade (Lei 13.869/2019), qual das alternativas está em desconformidade com a literalidade da novatio legis:

a) As condutas descritas nesta Lei constituem crime de abuso de autoridade quando praticadas pelo agente com a finalidade específica de prejudicar outrem.

b) As condutas descritas nesta Lei constituem crime de abuso de autoridade quando praticadas pelo agente com a finalidade específica de beneficiar a si mesmo.

c) As condutas descritas nesta Lei constituem crime de abuso de autoridade quando praticadas

pelo agente com a finalidade específica de beneficiar a terceiro.

d) As condutas descritas nesta Lei constituem crime de abuso de autoridade quando praticadas pelo agente com a finalidade específica de mero capricho.

e) As condutas descritas nesta Lei constituem crime de abuso de autoridade quando praticadas pelo agente com a finalidade específica de impor sua autoridade funcional.

### **LEGISLAÇÃO MUNICIPAL**

**72.** Considerando as disposições da Lei Orgânica de Guarujá a respeito da competência do Município, assinale a alternativa que NÃO corresponde a uma competência privativa:

a) dispor sobre a organização e execução dos seus serviços públicos, por administração direta ou sob o regime de concessão ou permissão, incluindo o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

b) elaborar e executar o Plano Diretor, como instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana;

c) dispor sobre licitação e contratos, respeitadas as normas gerais editadas pela União;

d) registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território;

e) construir matadouros, regulando-os, fiscalizando-os, podendo, sem permitir monopólio, concedê-los a particulares para exploração ou explorando-os diretamente.

**73.** À luz das disposições da Lei Orgânica de Guarujá sobre o Poder Legislativo, assinale a alternativa correta:

a) Os vereadores não possuem licença-paternidade.

**Simulado PGM - Guarujá – 16/02**

b) Perderá o mandato o vereador que investir-se no cargo de Secretário Municipal.

c) É direito do vereador usar suas prerrogativas exclusivamente para atender ao interesse público.

d) Em todos os casos, a perda do mandato será decidida pela Câmara Municipal, por voto aberto e público e maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou de partido político representando no legislativo, assegurada ampla defesa.

e) O processo de cassação do mandato do vereador está regulado pela Lei Orgânica.

**74.** No que tange ao Poder Legislativo, conforme determinações da Lei Orgânica de Guarujá, assinale a alternativa INCORRETA:

a) Compete ao presidente da Câmara, dentre outras atribuições, promulgar as resoluções e os decretos legislativos, bem como as leis que receberem sanção tácita e as cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário e não tenham sido promulgadas pelo Prefeito Municipal.

b) Na constituição de cada comissão da Câmara Municipal assegurar-se-á a representação majoritária do partido que receber o maior número de votos na última eleição.

c) As Comissões Especiais de Inquérito serão criadas por ato do Presidente da Câmara Municipal, mediante requerimento de ao menos um terço de seus membros, para apuração de fato certo, relativo à administração municipal, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, prorrogável uma vez por igual período, a requerimento dos seus membros, aprovado pelo Plenário.

d) No caso de Comissão Especial de Inquérito, as testemunhas serão intimadas de acordo com as prescrições estabelecidas na legislação penal e, em caso de não comparecimento sem motivo justificado, a intimação será solicitada ao Juiz criminal da localidade onde reside ou se encontra, na forma do Código de Processo Penal.

e) Qualquer entidade da sociedade civil poderá solicitar ao Presidente da Câmara que lhe permita emitir conceitos ou opiniões, junto às

comissões, sobre projetos que nelas se encontrem para estudo.

**75.** Considerando as disposições da Lei Orgânica de Guarujá sobre os servidores públicos, julgue os itens a seguir:

( ) O Município instituirá o regime celetista e planos de carreira para servidores da Administração Pública direta, das autarquias e das fundações públicas.

( ) A garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os percebam remuneração variável, não é um preceito assegurado aos servidores públicos de Guarujá por não haver remuneração variável.

( ) Aos servidores públicos do Município de Guarujá é assegurado o gozo de férias anuais remuneradas com cinquenta por cento (50%) a mais do que o salário ou vencimento normal.

( ) A proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, não é um dos preceitos assegurados aos servidores públicos de Guarujá.

( ) O servidor estável, com mais de cinco (5) anos de efetivo exercício, que tenha exercido ou venha exercer, a qualquer título, cargo, emprego ou função que lhe proporcione remuneração superior à do emprego de que seja titular, ou função para a qual foi admitido, incorporará um décimo dessa diferença, por ano, até o limite de dez décimos, contados, para esse efeito, o tempo de exercício anterior a promulgação da Lei Orgânica em vigência.

a) F, V, F, V, F;

b) V, F, V, F, V;

c) V, V, F, V, V;

d) F, F, V, V, F;

e) V, F, F, F, V.

**76.** Sobre a publicidade dos atos administrativos municipais, segundo estabelecido pela Lei



Orgânica de Guarujá, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A publicação das leis e atos municipais será feita pelo Órgão Oficial do Município ou por afixação na sede da Prefeitura ou da Câmara Municipal, conforme o caso. A escolha do Órgão Oficial do Município far-se-á através de licitação, em que se levará em conta não só as condições de preços, como as circunstâncias de frequência, horário, tiragem e distribuição.
- b) A publicação dos atos não normativos, pela imprensa, poderá ser resumida.
- c) O Prefeito fará publicar, mensalmente, os montantes de cada um dos tributos arrecadados e recursos recebidos.
- d) O Prefeito fará fixar, diariamente, por edital, o movimento de caixa do dia anterior.
- e) Em casos excepcionais, os atos poderão produzir efeitos antes de sua publicação.

77. De acordo com a Lei Complementar nº 135/2012 do Município de Guarujá assinale a alternativa INCORRETA no que tange às funções gratificadas:

- a) As funções gratificadas são aquelas criadas por lei, em número, atribuições e remuneração certos, cujo exercício destina-se, exclusivamente, aos servidores ocupantes de cargo em provimento efetivo que venham a exercer funções de direção, chefia e assessoramento que não justifiquem a criação de cargos em comissão.
- b) O valor da função gratificada continuará a ser percebido pelo servidor mesmo que ausente em virtude de férias, Licença Prêmio, Licença para tratamento de saúde não superior a 15 (quinze) dias, Licença a Gestante, Adotante ou Paternidade, serviços obrigatórios por lei ou atribuições decorrentes do cargo ou função.
- c) Fica estabelecido que o servidor ocupante de cargo em comissão ou Função Gratificada submete-se a regime de integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da Administração Pública.

d) O Prefeito poderá, a qualquer tempo, retirar a função gratificada atribuída a servidor público, exceto se afastado por motivo de doença.

e) Ao servidor público designado para o exercício de função gratificada não será devido qualquer pagamento a título de horas extras.

78. A respeito das disposições sobre o provimento, assinale a alternativa correta:

- a) A aprovação em concurso público gera direito subjetivo à nomeação do candidato.
- b) Todos os candidatos convocados, com deficiência, deverão, obrigatoriamente, realizar exame de saúde para admissão que comprove sua aptidão física e mental para o exercício das atribuições inerentes ao cargo.
- c) O edital deverá ser publicado, no mínimo, nos 45 (quarenta e cinco) dias que antecederem a abertura das inscrições para o concurso.
- d) Os editais de concurso público fixarão o percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de reserva de vagas para as pessoas com deficiência, bem como definirão os critérios de sua admissão, observando a compatibilidade da deficiência com as atividades essenciais ao exercício do cargo.
- e) Não será admitida a inscrição em concurso por procuração.

79. Considere a seguinte situação hipotética: Pedro, servidor público efetivo do Município de Guarujá, aposentou-se por invalidez, em razão de estar acometido por grave doença que o impossibilitava de trabalhar. Após muitos anos de tratamento, Pedro recuperou-se da doença e a inspeção médica oficial o considerou apto a voltar a trabalhar. Nessa situação, Pedro sofrerá:

- a) readaptação;
- b) reversão;
- c) reintegração;
- d) aproveitamento;
- e) Pedro não terá que voltar ao trabalho, uma vez que a aposentadoria é um direito adquirido.

**80.** A respeito do procedimento de desconto em folha de pagamento, assinale a opção correta:

- a) A soma dos descontos não poderá exceder a 40% (quarenta por cento) da remuneração disponível.
- b) O total das consignações voluntárias não poderá exceder a 30% (trinte por cento) da remuneração disponível.
- c) Os servidores poderão autorizar, de forma revogável e retratável, o desconto em folha de pagamento dos seguintes valores, devidamente autorizados por convênios referentes a pagamento de empréstimos e financiamentos, concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil.
- d) Cabe à Secretaria Municipal de Finanças proceder ao desconto em folha de pagamento de valores correspondentes a despesas efetuadas pelos servidores, relativas a convênios, desde que devidamente autorizadas.
- e) Na ocorrência de rescisão do contrato de trabalho, desligamento, demissão, exoneração, dispensa, suspensão, transferência ou licença sem remuneração do servidor, inclusive para tratamento de saúde ou gozo de benefício previdenciário, ou outro motivo que acarrete a sua exclusão da folha de pagamento, o Poder Público, independentemente de qualquer aviso ou notificação, ficará automaticamente desobrigado de efetuar o repasse à empresa, instituição ou entidade conveniente, não podendo ser, em hipótese nenhuma, responsável por eventual débito do servidor ou por eventual ressarcimento ou indenização.

# Preencha o Gabarito!

<http://bit.ly/Simulado-PGM-Guarujá-16-02-20>

**Conheça nossos cursos**



**Estratégia**  
Cursos PGM – Guarujá  
Carreira Jurídica